

**A (DES)ORDEM DAS CIÊNCIAS HUMANAS NA POLÍTICA:  
EFEITOS, SENTIDOS E RESSONÂNCIAS DO  
DISCURSO PRESIDENCIAL**

*Éderson Luís Silveira* (UFSC)

[ediliteratus@gmail.com](mailto:ediliteratus@gmail.com)

*Wéllton Silva de Fátima* (UNICAMP)

[malcon.welton1@gmail.com](mailto:malcon.welton1@gmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho se circunscreve ao aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista francesa, mais especificamente aquela inaugurada a partir dos postulados de Michel Pêcheux (1969; 1988 [1975]), na França. Por tal aparato, continuado e rediscutido, no Brasil, por Orlandi (2013 [1990]; 2007 [1992]), reconsideramos o funcionamento da ideologia sob o ponto de vista da linguagem, observando a produção dos sentidos para referentes discursivos do campo educacional por meio da fala pública (des)institucional na política atual em seu processo de historicização. Analisamos, pois, como fato de linguagem, o pronunciamento, em rede social, do atual presidente da república a respeito de sua intenção de incidir cortes no orçamento das Ciências Humanas na educação brasileira.

**Palavras-chave:**

Discurso. Política. Ciências Humanas. Michel Pêcheux.

**1. *Preâmbulos de um percurso em construção***

A análise do discurso francesa, a partir dos postulados de Pêcheux (1969; 1988 [1975]) destaca-se, no âmbito dos estudos da linguagem, desde a década de 1960 na França e desde os anos 80 no Brasil reforçando a necessidade de pensar discursivamente considerando, então, a exterioridade, as relações entre textos e discursos e os efeitos da materialização do discurso a partir de mobilizações teórico-analíticas distintas. Analisar um pronunciamento enquanto fato de linguagem remete à necessidade de enveredar por ressonâncias, produções de efeitos de sentido e sobre o funcionamento da ideologia que, ao invés de ser pensada como imutável ou “óbvia”, leva-nos a pensar acerca de elementos determinantes de sentido presentes nos discursos refletindo a exterioridade. Isso para mensurar que “a ideologia não é algo exterior ao discurso, mas sim constitutiva da prática discursiva” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 17).

Como o sentido de palavras, expressões, proposições só pode ser constituído em relação às condições de produção do enunciado isso está

relacionado à formação ideológica de quem o (re)produz e de quem o interpreta. Sendo assim, não se acredita na formulação de sentidos acabados e prontos, porque os sentidos existem num estado de movência e de transformação em curso produzidos no interior de determinações histórico-sociais. Outrossim, tomar o silêncio como objeto de reflexão é propor ponderações entre o dizível e o indizível tornando então o silêncio uma condição do ato de significar. Dessa forma, os sujeitos se movem em meio às significações e percorrem sentidos porque o próprio silêncio fundamenta o movimento da interpretação e não pode ser definido como “nada” ou “vazio”, pois é também fundante e fundador (ORLANDI, 2007 [1992]). Se pensarmos no silêncio como agente da censura, por exemplo, podem ser retomadas as condições de produção da canção “Cálice”, de Chico Buarque, em relação à letra da música, a fim de demonstrar como a relação com o silêncio é marcada histórica, política e ideologicamente atuando na (re)construção da história da censura em meio ao regime militar brasileiro.

Recentemente, temos produzido um gesto analítico (SILVEIRA; FÁTIMA, 2018; SILVEIRA; FÁTIMA, 2019) em busca da compreensão dos sentidos, produzidos para as Ciências Humanas na discursividade hegemônica brasileira. Torna-se possível, então, observar a produção dos sentidos para referentes discursivos do campo educacional por meio da fala pública (des)institucional na política atual em seu processo de historicização. A atual pesquisa, portanto, se insere nesse esforço teórico de compreender o direcionamento de sentido advindo da forma e das condições de produção da fala pública sobre o que é ciência – e, com isso, para o que ela serve –, tendo como base uma semântica de cunho materialista. Analisamos, pois, como fato de linguagem, o pronunciamento, em rede social, do atual presidente da república a respeito de sua intenção de incidir cortes no orçamento das Ciências Humanas em universidades brasileiras.

## **2. Gestos analíticos em meio à produtividade e a inesgotabilidade dos sentidos**

Nosso objeto teórico – o pronunciamento (des)institucional em rede social do atual Presidente da República em busca de legitimação dos anunciados cortes no orçamento da Educação brasileira – ocorridos no ano de 2019 está atravessado por diversas questões que nos levam a intensificar a afirmação da opacidade da linguagem. Para além do próprio funcionamento da língua em sua ordem própria, compreendemos que há

também, em nosso objeto, o funcionamento de uma ordem do virtual, que coloca questões específicas para o sujeito do processo de produção dos sentidos.

Precisamos levar em consideração a “ordem do virtual” que no *Twitter* imbrica-se à ordem da língua, exigindo-do que nos sujeitemos a determinadas condições no processo de tomada da palavra. Dito de outro modo, o sujeito-internauta enuncia sob determinadas condições postas pelo virtual, entre elas a incontornável limitação aos 144 caracteres e a amplificação da voz – própria do funcionamento das redes sociais no virtual – na relação com os seguidores. Trata-se de um lugar discursivo “onde o sujeito pode inscrever suas marcas e colocar em movimento e em circulação a produção de sentidos desdobráveis e fluidos sobre si e sobre o mundo” (MOREIRA; ROMÃO, 2011, p. 77).

Abaixo segue a sequência discursiva (COURTINE, 1981) sobre a qual incidimos nosso dispositivo de interpretação.

SD: Twitter do presidente da república



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1121713997156425729>

Na postagem feita por Bolsonaro, a partir da posição-sujeito por ele assumida no discurso, lemos o seguinte:

“A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta.”(BOLSONARO, 2019) (grifo nosso)

É interessante observar a maneira como se formula o enunciado dito pelo Presidente da República, em sua conta na rede social, em defesa dos cortes na Educação. A estrutura sintática inicial, predominantemente

definitória – o que se marca pelo uso do verbo “ser” e do predicativo apenso ao sujeito –, põe em circulação, com relação à produção dos sentidos, a expectativa de que se definirá qual é, afinal, a função do governo no âmbito do ano temporal em questão sobre o qual vem se falar. Trata-se, portanto, de um fato de linguagem que se formula de modo a dizer aos sujeitos-seguidores qual a função do governo com relação à Educação. A predicação se dá sob certas condições ao se materializar pelo sintagma “respeitar o dinheiro do contribuinte”.

Chamamos a atenção para a argumentação que se marca no funcionamento da língua pela seleção vocabular. A presença do verbo “respeitar” convoca para o processo de significação da relação entre governo e povo a ideia de respeito. Pela noção de não-dito, tal como discutida por Orlandi (2013 [1990]), presentifica-se também a ideia de que há, em um outro lugar, odesrespeito. Isso porque “há sempre no dizer um não-dizer necessário” (ORLANDI, 2013 [1990], p. 82). A análise do discurso emerge como efeito de sentido entre interlocutores porque as condições de produção do discurso implicam a existência de elementos materiais (a língua e a história), institucionais (fomação social) e projeções de sentido em instâncias como a antecipação do efeito de sentido produzido nos interlocutores. Não se considera, portanto, apenas o sujeito empírico (lugar dos sujeitos), mas a posição dos sujeitos efetuada no âmbito de formações ideológicas que determinam o que pode e deve ser dito (ORLANDI, 2013 [1990]).

Ao afirmar que “a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte”, portanto, presentifica-se, pelas memórias que sustentam a tomada da palavra, as ideias de que: 1) possivelmente, por algum motivo que o impede, o governo não está cumprindo essa função (ou, ainda, não estava e agora quer passar a estar); 2) há desrespeito ao dinheiro do contribuinte, desrespeito do qual esse governo quer escapar. Mais adiante, ainda, pode ser percebido de que forma o enunciador traz vestígios, no dizer, de que está considerando a avaliação do interlocutor a quem se dirige, com a utilização da expressão “*melhore a sociedade à sua volta*”.

Há um silêncio constitutivo, um não-dito necessário para que haja a mobilização deste dizer: a melhoria diz respeito a uma parcela da sociedade ou a um direcionamento de que este é o objetivo da “função do governo”. Mas tal melhoria não diz respeito ao contingente de pessoas afetadas pelos cortes orçamentários. Por isso, neste caso, se afirma que o silêncio é constitutivo do dizer. Como na análise pecheuteana do discurso o sujeito é o resultado da relação com a linguagem e a história o sujeito é

constituído na relação com o outro estabelecendo seu dizer a partir de uma incompletude. Não é a toa que consideramos o sujeito como sendo constituído ininterruptamente, mesmo quando este *Eu* não é enunciado, pois o sujeito não é senhor da língua nem fonte de sentido.

Alertamos noutros textos que a universidade pode formar para a reivindicação de práticas igualitárias, formando cidadãos de direito e não apenas peças de engrenagens (SILVEIRA; FÁTIMA, 2018; SILVEIRA; FÁTIMA, 2019). O que fazemos enquanto alunos, professores, pesquisadores das Ciências Humanas é enfatizar que não visamos à fórmula do lucro: não é o utilitarismo mercadológico que rege nossas ações (ou não deveria ser). O que fazemos é estudar as formas como comportamentos e discursos se proliferam em sociedade. Nesse sentido duas das tarefas imprescindíveis a ser ensinadas, de acordo com o presidente, como ler e escrever são ensinadas no âmbito das Ciências Humanas. Mas, enquanto Ciência, não se pode definir que tal campo de estudos possa ser considerado “um ofício que gere renda”. Sob esta lógica, o discurso do utilitarismo atravessa o dizer implicando na definição de uma ontologia do fazer científico atrelado ao lucro imediato e ao viés mercadológico. Daí pode ser interpretado que o dizer, ainda que não explicitamente, está atravessado por um não-dito que o constitui:

A naturalização de que as Humanidades não seriam consideradas ciência sob um viés utilitarista remete a uma perspectiva que atrela ciência a possibilidades de lucro financeiro. Tal efeito de evidência pelo qual as Ciências Humanas são tomadas produz um apagamento de pluralidade de fazeres científicos, o que resulta em um apagamento atrelado a uma função ideológica na qual enunciadorese inscrevem produzindo também efeitos sobre outros enunciadorese. (SILVEIRA; FÁTIMA, 2018, p. 560)

Mas, ao se afirmar isso, de que três ensinamentos são essenciais para que se “respeite o dinheiro do contribuinte”, ocorre um silenciamento constitutivo que tem um efeito de censura: o que se defende é a automatização da leitura e não a leitura crítica, o que se defende é a uniformização do direito de escrever e ler que se reduz ao ato de assinar o nome, de decodificar palavras numa folha de papel, de práticas escolarizadas que não permitam a emancipação dos sujeitos. Isso porque tal atravessamento de discursos aí produzido se articula uma interdição: é preciso ensinar a ler e a escrever, mas somente se isso não escapar de formas diferentes de interpretação do que seja leitura e escrita de determinada instância e não de outras (múltiplas, heteróclitas, férteis de criticidade).

Num olhar para o funcionamento ideológico então patente no enunciado analisado pode ser notado que está sendo mobilizado um esquecimento advindo de uma ilusão constitutiva do sujeito relacionado ao fato de que há uma hierarquização do útil sobre o inútil (com as devidas valorações ideológicas do que seria um e outro). Assim, o enunciado produz o sentido de que há uma necessidade (sic) da leitura e da escrita domesticadas, que não levem a questionamentos corroborando, assim, a manutenção do *status quo* das classes dominantes. Daí, a “urgência” de somente ensinar a ler, escrever, fazer contas e aprender um ofício. Qualquer ação que ultrapasse o viés mercadológico que encaminha indivíduos para um mercado de trabalho excludente passa então a ser considerado “má leitura” ou ensino de “leitura errada” (sic). Dessa forma, a deslegitimação das Humanidades sustenta a formulação de enunciados como o enunciado analisado neste trabalho por causa da pressuposição de que devam ser valorizados apenas cursos cuja utilidade esteja a serviço do lucro e do retorno financeiro imediato ou em longo prazo.

### **3. Considerações finais**

A questão do utilitarismo permeia ações, discursos e se faz presente na (re)produção de um imaginário cultural que hierarquiza as Humanidades numa escala inferior em detrimento às chamadas Ciências Exatas e outros modos de fazer ciência permeados por uma concepção de fazer científica herdada do positivismo. Inscrevendo-se no aparato teórico-metodológico da análise pecheuteana do discurso consideramos neste trabalho a relação do sujeito com a língua e com a história através de reflexões sobre o funcionamento da ideologia sob o ponto de vista dos estudos discursivos. Assim, a produção de sentidos para referentes discursivos do campo educacional podem ser analisados a partir de uma sequência discursiva oriunda de um *twitter* de autoria do presidente da república.

Considerando as condições de produção e a especificidade de tal instância de discursivização buscamos analisar o pronunciamento como um fato de linguagem acerca da incidência de cortes no orçamento das Ciências Humanas no âmbito da educação nacional. Concluímos, sem encerrar a discussão empreendida, que, além do dizer, devem ser considerados a relação do sujeito com a linguagem e a história e os não-ditos que estão articulados a silêncios constitutivos do enunciado. Isso para que o enunciado seja considerado num campo de movências e produções de efeitos de sentido, situado historicamente e posto em circulação con-

siderando, também, as ressonâncias de tal enunciação. Mais do que analisar a circulação de enunciados a análise do discurso deve considerar que “todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras (da perspectiva discursiva, as palavras já são sempre discursos na sua relação com os sentidos)” (ORLANDI, 2007 [1992], p. 15).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques em *Analyse du discours*: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. In : *Langages*, v. 62, p. 9-127, jun. 1981.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Coord.). *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2001.

MOREIRA, Vivian Lemes; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O discurso no *twitter*: efeitos de extermínio em rede. In: *Rua*, n. 17, v. 2, p. 77-97, jun. 2011.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013 [1990].

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007 [1992].

PÊCHEUX, Michel. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 1988 [1975].

SILVEIRA, Éderson Luís; FÁTIMA, Welton Silva de. Humanidades e a (des)ordem legislativa: análise do discurso do utilitarismo em sugestões sobre cursos universitários. In: *Cadernos do CNLF (CiFEFiL)*, v. XXII, p. 1-20, 2018.

SILVEIRA, Éderson Luís; FÁTIMA, Welton Silva de. Sentidos e discursividades sobre a ciência na educação: o funcionamento do utilitarismo em sugestões legislativas. In: SOUSA, Ivan Vale de. (Org.). *Grandes temas da educação nacional*. Vol. 4. p. 170-185. Ponta Grossa: Atena, 2019.